

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A
BANDES

SÍNTESE DO OBJETO E PROCEDIMENTOS

Pregão BANDES Eletrônico: 2019/007

Processo Administrativo: 111/2019

UASG: 926968

Critério de Julgamento: Menor Preço Global

Regime de Contratação: Contratação por Preço Global

Objeto

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação continuada de veículos automotores terrestres, sem motorista, com seguro sem franquias e com quilometragem livre, para atender a demanda do BANDES, conforme especificações estabelecidas neste Edital e de seus Anexos.

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Manual de Orientações Técnicas de Avaliações de Bens
ANEXO III	Documentos Habilitatórios
ANEXO IV	Apresentação da Proposta de Preços
ANEXO V	Declaração
ANEXO VI	Minuta do Contrato

Início de Recebimento das Propostas

Data: 18/10/2019

Horário: 14h

Início da Sessão Pública de Disputa de Preços

Data: 08/11/2019

Horário: 14h

Local

Portal Compras Governamentais - www.comprasgovernamentais.gov.br

Consulta ao Edital e Divulgação de Informações

O edital, avisos, eventuais alterações, decisões e versões digitalizadas de documentos produzidos ficarão disponíveis nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br e www.bandes.com.br.

SUMÁRIO

1.	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	3
2.	DO OBJETO	4
3.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	4
4.	DO SUPORTE LEGAL	4
5.	DO CREDENCIAMENTO	5
6.	DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO	5
7.	DO ENVIO DA PROPOSTA	7
8.	DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	8
9.	DA NEGOCIAÇÃO	9
10.	DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA	10
11.	DA HABILITAÇÃO	11
12.	DOS RECURSOS	15
13.	DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	16
14.	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	16
15.	DA CONTRATAÇÃO	17
16.	DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES	18
17.	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	18
18.	DA CONDUTA ÉTICA DO LICITANTE E DO BANDES	19
19.	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	19
	ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	22
	ANEXO II - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS	29
	ANEXO III - DECLARAÇÃO	31
	ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO	32

PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2019/007**EDITAL**

O **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A**, instituição financeira constituída sob a forma jurídica de sociedade anônima de economia mista, com sede na Av. Princesa Isabel, 54, Centro – Vitória/ES, a seguir denominado simplesmente **BANDES**, por intermédio da Gerência de Recursos Humanos e Serviços Administrativos torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade Pregão BANDES Eletrônico, doravante apenas Pregão, por menor preço mensal para o grupo de itens, em sessão pública, por meio do sistema Compras Governamentais - www.comprasgovernamentais.gov.br, e observando-se as condições estabelecidas neste Edital e nos Anexos que o integram.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos por colaborador do BANDES, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema Compras Governamentais - www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 1.3. As empresas interessadas em participar do certame deverão retirar o Edital nos sites www.bandes.com.br ou no Portal Compras Governamentais - www.comprasgovernamentais.gov.br, ficando obrigadas a acompanhar as publicações referentes à licitação nestes endereços eletrônicos, como também no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, tendo em vista a possibilidade de alterações e avisos sobre o procedimento.
- 1.4. INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

Data: 18/10/2019
Horário: 14h
- 1.5. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:

Data: 08/11/2019
Horário: 14h
- 1.6. As dúvidas, pedidos de esclarecimentos e impugnações acerca do presente Edital deverão ser encaminhadas à Gerência de Recursos Humanos e Serviços Administrativos, por meio do e-mail: pregao@bandes.com.br, até o **dia 01/11/2019, às 18h**.
- 1.7. Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 1.8. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do BANDES.

2. DO OBJETO

- 2.1. A presente licitação visa à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação continuada de veículos automotores terrestres, sem motorista, com seguro sem franquia e com quilometragem livre.
- 2.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por dois itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
- 2.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global do grupo de itens**, observado o preço unitário máximo aceito para cada item que o compõe.
- 2.4. As especificações e detalhamentos do objeto estão contidos no Anexo I (Termo de Referência), do Edital deste Pregão.

3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 3.1. O objeto do Pregão será executado em regime de Contratação por Preço Global.
- 3.2. O critério de julgamento das propostas será o Menor Preço Global do Grupo de Itens, observado o valor mensal unitário para locação de um veículo multiplicado pela quantidade de veículos locados e multiplicado pelo número de meses.
- 3.3. O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, admitidas prorrogações nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.
- 3.4. **O preço unitário máximo admitido para os itens do presente processo licitatório é sigiloso e será informado após a fase de lances e antes da negociação.**
- 3.5. Integram o presente Edital:
 - a. Anexo I – Termo de Referência;
 - b. Anexo II – Apresentação da Proposta de Preços;
 - c. Anexo III – Declaração;
 - d. Anexo IV – Minuta do Contrato.
- 3.6. As despesas com a execução do objeto contratado provêm de recursos próprios da BANDES.

4. DO SUPORTE LEGAL

- 4.1. A legislação que regula esta licitação e os documentos que a instruem são os seguintes:
 - a. Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016;
 - b. Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, disponível em www.bandes.com.br;
 - c. Código de Ética do BANDES, disponível em www.bandes.com.br;
 - d. Política de Transação com Partes Relacionadas do BANDES, disponível em www.bandes.com.br;
 - e. Decreto Estadual nº 1.527-R, de 30/08/2005;
 - f. Decreto Estadual nº 2.060-R, de 20/05/2008;
 - g. Decreto Estadual nº 2.142-R, de 20/10/2008;

- h. Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e alterações);
- i. Lei Federal nº 12.846/2013, de 01/08/2013 (Lei Anticorrupção);
- j. ABNT NBR 14653-2 e ABNT NBR 14653-4;
- k. Aviso de Licitação;
- l. Edital de Licitação;
- m. Minuta do Contrato;
- n. Anexos do Edital.

5. DO CREDENCIAMENTO

- 5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 5.4. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.
- 5.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
 - 5.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 6.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 6.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 6.3. Não poderá participar desta licitação o interessado:
 - I. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social e seja conselheiro, diretor ou empregado do BANDES;
 - II. Que esteja cumprindo a pena de suspensão do direito de licitar e contratar aplicada pelo BANDES;
 - III. Que tenha sido declarado impedido de licitar e contratar com os órgãos, entidades e ou empresas públicas integrantes da Administração Pública do Estado do Espírito Santo, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

- IV. Que tenha sido declarado inidôneo pela União, por Estados ou pelo Distrito Federal;
 - V. Que seja constituído por sócio de empresa que estiver suspenso, impedido ou declarado inidôneo, nos mesmos âmbitos dos incisos II, III e IV;
 - VI. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, nos mesmos âmbitos dos incisos II, III e IV;
 - VII. Que seja constituído por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, nos mesmos âmbitos dos incisos II, III e IV, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - VIII. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - IX. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea, no mesmo âmbito do inciso IV;
 - X. Colaborador ou diretor do BANDES;
 - XI. Que tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a. Diretor do BANDES;
 - b. Colaborador do BANDES cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
 - c. Governador do Estado do Espírito Santo;
 - XII. Empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com o BANDES há menos de 06 (seis) meses.
 - XIII. Empresas que estejam em falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, processo de dissolução ou liquidação. Nos casos de recuperação judicial, os interessados poderão participar da licitação, desde que apresente certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar do presente procedimento licitatório.
 - XIV. Esteja organizado sob a forma de consórcio.
- 6.4. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.
- 6.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 6.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
 - 6.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.
 - 6.5.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
 - 6.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital.

- 6.5.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 6.5.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- 6.5.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 6.5.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 6.5.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 6.5.8. Que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.
- 6.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

7. DO ENVIO DA PROPOSTA

- 7.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 7.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 7.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 7.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.5.1. Valor mensal unitário para locação de veículo em cada um dos dois itens do grupo conforme especificações deste Edital e seus Anexos;

- 7.5.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
- 7.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 7.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de proposta de preços, conforme anexo deste Edital.
- 7.8. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

- 7.8.1. Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- 7.8.2. Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.
- 7.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 7.10. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.
 - 8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
 - 8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 8.5.1. A disputa será pelo valor global do grupo de itens.**
- 8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 1% (um por cento)**.

- 8.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante **não poderá ser inferior a vinte (20) segundos** e o intervalo entre lances **não poderá ser inferior a três (3) segundos**, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 8.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.13. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 8.14. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 8.15. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 8.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 8.18. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.19. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.20. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9. DA NEGOCIAÇÃO

- 9.1. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro divulgará, pelo chat do sistema eletrônico, os preços máximos unitários e global para contratação pelo BANDES.
- 9.2. O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, conforme Art. 67 do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

- 9.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior aos preços máximos unitários e global aceito pelo BANDES para contratação, **após negociação**.
- 9.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 9.6. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.7. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar a Proposta de Preço adequada ao último lance e ao valor negociado, conforme modelo constante do Anexo II (Apresentação da Proposta de Preço) deste Edital.
- 10.2. A Proposta de Preço em arquivo digital deverá ser apresentada em até 30 (trinta) minutos após a solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “ENVIO DE ANEXOS” do sistema eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, sob pena de desclassificação.
 - 10.2.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação justificada do licitante no “chat”, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
 - 10.2.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se a Proposta Ajustada readequada com o valor final ofertado e outros documentos digitais que melhor identifiquem o objeto.
 - 10.2.3. Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e custos envolvidos na contratação.
 - 10.2.4. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a sua desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.
 - 10.2.4.1. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.
- 10.3. Em caráter de diligência, os arquivos remetidos através da opção “ENVIO DE ANEXOS” do sistema eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br poderão ser solicitados a qualquer momento em original ou por cópia autenticada. Para tanto, os documentos deverão ser encaminhados ao Pregoeiro no endereço Av. Princesa Isabel, nº 54, 9º andar, Centro, Vitória-ES, CEP: 29.010-906.
- 10.4. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 10.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

- 10.5.1. Contenha vício insanável ou ilegalidade;
- 10.5.2. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
- 10.5.3. Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
 - 10.5.3.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - a. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - b. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 10.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 10.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 10.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 10.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 10.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 10.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11. DA HABILITAÇÃO

- 11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 11.1.1. SICAF;
 - 11.1.2. Cadastro do BANDES, para verificação dos impedimentos listados no item 6.3 deste Edital;

- 11.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- 11.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 11.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- 11.1.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
 - 11.1.6.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - a. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - b. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 11.1.7. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 11.1.8. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 11.2. Não ocorrendo inabilitação, o Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.
 - 11.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 11.3. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 11.4. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, **no prazo de 02 (duas) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.
 - 11.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 11.5. Os licitantes que não estiverem cadastrados no SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal, bem como a Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante.
- 11.6. **Habilitação Jurídica:**

- 11.6.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 11.6.2. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 11.6.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 11.6.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 11.6.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 11.6.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.7. Regularidade fiscal:

- 11.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 11.7.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;
- 11.7.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 11.7.4. **As empresas, cadastradas ou não no SICAF com sede fora do Espírito Santo**, relativamente a este item, deverão comprovar, ainda: **Prova de regularidade com a Fazenda Pública Estadual do Espírito Santo**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos.

11.8. Qualificação Econômico-Financeira:

- 11.8.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 11.8.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - 11.8.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
 - 11.8.2.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.
- 11.8.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.8.4. O cálculo dos índices será feito pelo BANDES, por meio da Calculadora Financeira disponibilizada no Portal de Compras do Governo Federal no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br, utilizando os dados registrados no Balanço Patrimonial.

11.8.5. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

11.9. Qualificação Técnica:

11.9.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, relativamente à Qualificação Técnica, deverão comprovar, ainda, por meio de:

11.9.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

11.9.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

a) **Deverá haver a comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano na prestação de serviços de locação de veículos automotores, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.**

11.9.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

11.9.2.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

11.10. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de **02 (duas) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail pregao@bandes.com.br.

11.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.10.2. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

- 11.10.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 11.10.4. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 11.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 11.11.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 11.12. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério do BANDES, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 11.13. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 11.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 11.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 11.16. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 11.17. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 11.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12. DOS RECURSOS

- 12.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

- 12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **5 (cinco) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.3. O recurso será dirigido ao Pregoeiro, cabendo a este reconsiderar ou não sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis e fazê-lo subir à Autoridade Competente, devidamente informado, devendo a decisão final ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
- 12.6. As decisões dos recursos serão divulgadas nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br e www.bandes.com.br.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
 - 13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
 - 13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
 - 13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) no site www.comprasgovernamentais.gov.br ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
 - 13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. Após a declaração do licitante vencedor, decorrido o prazo para recurso sem a sua apresentação, o Pregoeiro viabilizará a adjudicação do objeto do presente certame ao licitante vencedor ou, caso contrário, decididos os recursos, o objeto da licitação será adjudicado pela Autoridade Competente.

- 14.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro ou, quando houver recurso, pela própria Autoridade Competente.
- 14.3. A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor do licitante vencedor.
- 14.4. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, o adjudicatário será convocado para retirar o contrato no prazo e condições definidos no subitem 16.1 deste Edital.
- 14.5. A homologação da licitação será divulgada nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br e www.bandes.com.br.

15. DA CONTRATAÇÃO

- 15.1. Homologado o procedimento licitatório, o Licitante vencedor, através de seu representante legal, será convocado, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** contados do recebimento da convocação, para assinar o termo de Contrato observada minuta constante do Anexo IV (Minuta do Contrato) deste Edital, sob pena de decadência do direito à contratação.
 - 15.1.1. O prazo a que se refere o subitem anterior poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação fundamentada da Licitante vencedora e a critério do BANDES.
 - 15.1.2. Previamente à contratação, o BANDES realizará consulta "on line" ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, cujo resultado será anexado aos autos do processo.
 - 15.1.2.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
 - 15.1.2.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
 - 15.1.3. A convocação para assinar o termo de Contrato ocorrerá por e-mail ou correspondência postal com aviso de recebimento (AR).
- 15.2. Na hipótese de recusa ou inércia do Licitante na apresentação das condições de contratação ou em assinar o Contrato, no prazo e condições estabelecidos, a sessão pública será retomada para que o Pregoeiro providencie a exclusão do Licitante da licitação, convocando, em seguida, o próximo colocado.
- 15.3. A recusa em assinar o contrato dentro do prazo previsto é considerada falta de natureza grave, ensejando o Licitante vencedor à sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o BANDES, conforme as disposições sobre sanções deste Edital e seus Anexos.
- 15.4. Poderá ser solicitado ao Licitante vencedor que atualize as certidões exigidas na fase de habilitação, se o prazo de validade expirar durante o curso da licitação.
- 15.5. As regras e condições contratuais estão integralmente previstas no Anexo IV (Minuta de Contrato) deste Edital.

16. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

- 16.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados exclusivamente para o endereço eletrônico pregao@bandes.com.br, devendo ser informados, no campo “assunto”, a modalidade e o número deste Pregão.
- 16.2. Até o 5º dia útil antes da data fixada para a abertura da sessão pública, estabelecida no item 1.6, qualquer pessoa poderá impugnar o instrumento convocatório ou solicitar esclarecimentos acerca deste Pregão.
- 16.3. Não serão conhecidas as impugnações e pedidos de esclarecimentos apresentados fora do prazo estipulado no item 16.1.
- 16.4. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, julgar e responder à impugnação ou dar as respostas aos pedidos de esclarecimentos em até 03 (três) dias úteis contados da interposição.
- 16.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 16.6. Caso se verifique a necessidade de um aprofundamento maior de questão levantada pelo questionamento, impugnação ou a necessidade de alteração no instrumento convocatório, o Pregoeiro providenciará, em prazo hábil, o adiamento ou a suspensão da sessão pública.
- 16.7. Na hipótese do Pregoeiro não decidir a impugnação ou não responder o pedido de esclarecimentos até a data fixada para a entrega das propostas, o Pregão deverá ser adiado, convocando-se nova data para entrega das propostas com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis.
- 16.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 16.9. Se a impugnação for julgada improcedente, o Pregoeiro deverá comunicar a decisão diretamente ao impugnante, dando seguimento à licitação.
- 16.10. As respostas às impugnações e os esclarecimentos serão comunicadas a todos os interessados no sítio eletrônico do BANDES na internet, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, e passam a integrar o instrumento convocatório na condição de anexos.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. Comete infração administrativa, o licitante/adjudicatário que:
 - I. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - II. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - III. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com o BANDES em virtude de atos ilícitos praticados;
 - IV. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
 - V. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - VI. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
 - VII. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
 - VIII. Não manter a proposta;

IX. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº 12.846/2013.

- 17.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 17.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 17.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 17.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 17.3.3. Suspensão de licitar e contratar com o BANDES pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- 17.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 17.5. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o BANDES poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 17.6. Somente será aplicada sanção mediante procedimento administrativo licitatório, na forma do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, pelo qual será assegurado prazo de até 10 (dez) dias úteis para o exercício do contraditório e a ampla defesa.
- 17.7. A decisão será comunicada por escrito ao Licitante, dela cabendo recurso, dirigido à Autoridade Competente que proferiu a decisão, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.
- 17.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao BANDES, observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 17.10. As decisões oriundas dos processos administrativos sancionatórios serão publicadas no site do BANDES na Internet.
- 17.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

18. DA CONDUTA ÉTICA DO LICITANTE E DO BANDES

- 18.1. O Licitante e o BANDES comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental, conforme estabelecido no Código de Ética do BANDES.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1. A qualquer tempo, a licitação poderá ser revogada ou anulada, nos limites fixados pela Lei nº 13.303/2016.

- 19.1.1. Caso seja verificada, após a abertura da sessão pública, a intenção de se revogar ou anular a licitação, será concedido prazo aos Licitantes para contestar o ato e exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 19.2. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 19.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 19.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 19.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 19.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 19.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do BANDES, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o BANDES não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do BANDES.
- 19.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.12. Em razão da desclassificação de todas as propostas ou lances e/ou da inabilitação de todos os participantes, a presente licitação poderá restar fracassada.
- 19.13. Em razão da ausência de interessados, a presente licitação poderá restar deserta.
- 19.14. A qualquer tempo o Pregoeiro poderá negociar com o Licitante, com o fim de obter proposta mais vantajosa.
- 19.15. É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 19.16. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e www.bandes.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Princesa Isabel, 54, 9º Andar, Centro, Vitória, ES, nos dias úteis, no horário das 12 horas às 18 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

19.17. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este Edital ou o contrato de prestação de serviços vinculado a esta licitação, a empresa licitante deve se subordinar ao foro de Vitória/ES, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que possa ser.

Vitória, 17 de junho de 2019.

**Núcleo de Licitações e Serviços
Gerência de Recursos Humanos e
Serviços Administrativos**

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2019/007

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação continuada de veículos automotores terrestres, sem motorista, com seguro sem franquia e com quilometragem livre, para atender a demanda do BANDES, conforme especificações estabelecidas neste instrumento:

GRUPO 1					
Item	Descrição / Especificação	Veículos	Período de locação	Unidade de Medida	Quantidade
1	Veículo Operacional – Configuração Mínima: Sedã Compacto, ano/modelo 2019/2020, 0 km, na cor preto, branco ou prata, capacidade 5 passageiros, combustível flex, potência de 98 cv na gasolina, torque de 13 kgf.m na gasolina, equipado com câmbio manual, ar condicionado, direção assistida, air bags, freios ABS, vidros elétricos frontais, travas elétricas, alarme, sistema de som do fabricante do veículo com radio AM/FM, CD/DVD, USB e BlueTooth, seguro sem franquia e película de controle solar.	1	24 meses	Mensalidade de cada veículo	24
2	Veículo Executivo – Configuração Mínima: Sedã Médio, ano/modelo 2019/2020, 0 km, na cor preto, branco ou prata, capacidade 5 passageiros, combustível flex, potência 140 cv na gasolina, torque de 19 kgf.m na gasolina, equipado com câmbio automático, ar condicionado, direção assistida, air bags frontais e laterais, freios ABS, controle de tração, controle de estabilidade, vidros elétricos frontais e traseiros, travas elétricas, alarme, volante multifunções, sistema de som multimídia, banco de couro, computador de bordo, seguro sem franquia e película de controle solar.	3	24 meses	Mensalidade de cada veículo	72

1.2. Equivalentes aos modelos:

1.2.1. **Veículo Operacional – Sedã Compacto:** Voyage 1.6 MSI, Prisma 1.4 LTZ SPE/4, Ka Sedan SE Plus 1.5 16v, Versa 1.6 SV, Etios Sedan X Plus 1.5, Cronos Drive 1.3, HB20S 1.6 Comfort Plus, Logan 1.6 Zen e demais com especificações semelhantes.

1.2.2. **Veículo Executivo – Sedã Médio:** Focus Fastback SE Plus 2.0 PowerShift, Jetta 1.4 250 TSI flex tiptronic, Sentra 2.0 SV flexstart 4P Automático, Cruze 1.4 Turbo LT 16V Flex 4P Automático, Corolla 2.0 VVT-IE Flex GLI Direct Shift 2020, C4 Lounge 1.6 THP Flex 100 anos BVA 2020, Civic 2.0 16V Flexone LX 4P CVT 2020 e demais com especificações semelhantes.

- 1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de locação de veículo por valor mensal.
- 1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.
- 1.6. O contrato terá vigência pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. Atualmente o BANDES necessita de veículos executivos e operacionais para atender às demandas de colaboradores e diretores, nas diversas atividades externas como participações em reuniões, eventos institucionais, audiências, visitas a clientes e consultores, vistorias técnicas, e principalmente viagens para o interior do Estado do Espírito Santo.
- 2.2. Os deslocamentos para o interior do Estado não podem ser supridos por método alternativo de transporte, como por exemplo, transporte por aplicativo, necessitando que o veículo utilizado para este fim fique disponível ininterruptamente com o usuário.
- 2.3. Os veículos executivos são para atender às Diretorias em situações que necessitam representar a instituição como em reuniões, congressos, feiras setoriais, entre outros. Estes veículos são utilizados eventualmente em viagens para os municípios do interior do Estado.
- 2.4. O veículo operacional fica à disposição da Gerência de Recursos Humanos e Serviços Administrativos (GERHA) e é disponibilizado ao corpo técnico do BANDES sempre que houver necessidade de alguma atividade externa ou viagem ao interior do Estado.
- 2.5. Considerando a experiência do BANDES neste tipo de contratação, a vantajosidade se dá em razão da transferência com gastos de manutenção, seguro e outros custos. Além disso, a locação de veículos permite uma renovação constante da frota, dispensando os gastos com processos de leilão, eliminando o risco de venda por valor menor, guarda de veículos fora das condições de uso, etc.
- 2.6. O valor da locação mensal, com quilometragem livre e com seguro total sem franquia, além de cobrir o custo com o veículo, cobrirá as despesas acessórias, tais como IPVA, manutenção, reposição de veículo e peças, com exceção do combustível e limpeza do veículo, que caberá ao BANDES, e permitindo sempre a utilização de veículos mais novos.
- 2.7. Além disso, o contrato de locação nos garante carros reservas em caso de problemas com os veículos em utilização, dispensando a compra de carros além do estritamente necessário ao bom desempenho das atividades deste BANDES.
- 2.8. A formação do grupo com dois itens se justifica na busca pela economicidade da contratação ao se diluir custos fixos dos contratados em uma quantidade maior de veículos locados por mês, neste caso, 4 veículos por mês.
- 2.9. Além disso, todos os serviços atrelados a locação (seguros, documentação e manutenções) ficam atrelados a um único fornecedor, facilitando a fiscalização por parte do BANDES.

3. ESTIMATIVA DE QUILOMETRAGEM

Item	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Qde de Km estimado por veículo (média/mês)
01	Veículo Operacional	1.800
02	Veículo Executivo	2.500

- 3.1. As quilometragens apresentadas acima são meramente estimativas para auxílio na composição dos preços, visto que os serviços de locação serão executados no regime de quilometragem livre.

4. DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

- 4.1. Os veículos deverão ser entregues na sede do BANDES, no endereço: Av. Princesa Isabel, 54, Centro, Vitória-ES, CEP: 29010-906.
- 4.2. A Contratada deverá ter sede, filial, posto de atendimento, etc., no município de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra ou Viana, bem como indicar representante para atendimento do BANDES.
- 4.3. O representante deverá ter poderes para representar à Contratada e atuar de forma conjunta com o BANDES, constituindo um elemento de ligação no atendimento, com a finalidade de tomar providências, prestar e receber informações inerentes à execução do contrato, quando solicitado, e a qualquer tempo, inclusive feriados e fins de semana.
- 4.4. Todos os veículos deverão possuir seguro total, inclusive de responsabilidade civil e contra terceiros, ficando claro e certo que o BANDES não assumirá quaisquer responsabilidades ou ônus advindos de sinistros com os veículos, tenham estes ocorrido dentro ou fora de seu estabelecimento, envolvendo vítimas ou não, nem mesmo o pagamento de franquias e custos, que serão de responsabilidade exclusiva da Contratada, que deverá comprovar a efetivação do seguro e sua renovação periódica.
- 4.5. O seguro deve ser total, que inclua cobertura para responsabilidade civil, contra terceiros, danos pessoais dos passageiros transportados, envolvidos nos casos de colisão ou qualquer tipo de acidente, incluindo ainda, a devida assistência para o motorista, nas seguintes condições: RCF – Responsabilidade Civil Facultativa contra Terceiros (DM, DP) e APP – Acidente pessoal de passageiro (Morte e Invalidez), sendo o valor mínimo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por pessoa.
- 4.6. Em caso de imobilizações dos veículos por acidente, legalização, manutenção ou outra causa, durante trajeto, a Contratada deverá tomar todas as providências necessárias para atendimento imediato dos usuários em trânsito.
- 4.7. A Contratada deverá fornecer, sempre que solicitado, o serviço de reboque do veículo e traslado dos passageiros, sem ônus para BANDES, quando os veículos ficarem impedidos de transitar em razão de acidente, defeito, retenção por falta de regularidade documental, problemas que impeçam seu conserto no local ou qualquer outro motivo, não importado a localidade e horário da ocorrência.
- 4.8. Caso sejam constatadas deficiências que prejudiquem o desempenho do veículo locado, a Contratada deverá substituir o veículo imediatamente, por outro de mesma especificação, equipamentos e acessórios até que sejam sanados os problemas.
- 4.9. A Contratada será a única responsável por toda a manutenção dos veículos (preventiva ou corretiva), inclusive pela substituição das peças quando necessário, devendo providenciar todos os recursos e meios necessários e arcar com as respectivas despesas.

- 4.10. As manutenções preventivas ou corretivas dos veículos, regulagens, alinhamentos, balanceamentos, revisões, substituições de pneus desgastados ou avariados, lanternagem, troca de óleos e de fluídos, substituições de peças como lâmpadas, baterias, cabos, componentes do motor, bicos, filtros, correias, borrachas, vedações, pastilhas, mantas de freio e de todos os itens indispensáveis para o regular funcionamento dos veículos, em especial as que se referem aos itens obrigatórios, bem como os consertos de avarias, nos veículos locados ou de terceiros, ocorridas de forma involuntária, decorrentes de uso ou de casos fortuitos, serão arcadas e providenciadas exclusivamente pela Contratada, sem qualquer ônus para o BANDES, devendo ser precedida a substituição, quando necessária, imediata do veículo com características idênticas às exigidas no termo de referência e no contrato e com tanque de combustível cheio, de forma a não correr descontinuidade do serviço.
- 4.11. Os veículos deverão ser mantidos em bom estado de conservação e em perfeito funcionamento, com a regulagem dos motores dentro dos padrões de fábrica, e equipados com os acessórios, sobressalentes e ferramentas convencionais, exigidos pela legislação de trânsito e especificados no termo de referência e no contrato, os quais também devem estar em perfeito funcionamento.
- 4.12. A Contratada deverá realizar as revisões periódicas nos prazos indicados pelos fabricantes dos veículos.
- 4.13. Estão incluídos na manutenção, a cargo da Contratada, os reparos dos pneus e a substituição de pneus gastos por novos, não sendo permitida a utilização de pneus recauchutados nos veículos locados.
- 4.14. A Contratada deverá substituir os pneus automaticamente, toda vez que qualquer parte da banda de rodagem atingir a espessura mínima exigida pela legislação de trânsito pertinente, devendo ser substituídos simultaneamente os dois pneus do mesmo eixo.
- 4.15. Os pneus deverão ser substituídos pela Contratada, em qualquer situação que apresentarem desgaste anormal, dano decorrente de vias esburacadas (pneu estourado), desagregação ou algo similar que possa impedir a circulação dos veículos ou proporcionar risco de acidentes.
- 4.16. Os pneus sobressalentes (estepes) deverão ser novos e estar nas mesmas condições de circulação dos demais pneus.
- 4.17. **Será de responsabilidade da Contratada qualquer dano causado ao seu veículo a serviço do BANDES, bem como prejuízos causados a terceiros.**
- 4.18. As despesas com multas de trânsito ocasionadas por motoristas do BANDES, pedágios, limpeza e combustíveis ficarão por conta do BANDES.
- 4.19. Nos casos de acidentes de trânsito, o condutor do veículo deverá fazer o registro da ocorrência junto a Batalhão de Polícia de Trânsito da Polícia Militar, independente se tiveram vítimas ou não, para que o Boletim de Ocorrência seja encaminhado para a Contratada tomar as providências que se fizerem necessárias.
- 4.20. Sempre que for identificado algum problema que necessite de reparo ou manutenção no veículo, o fiscal do contrato encaminhará uma solicitação de serviço para a Contratada informando os defeitos encontrados.
- 4.21. O serviço solicitado deverá ser executado independente da apresentação de qualquer outro documento pelo BANDES.
- 4.22. Toda a documentação dos veículos deverá estar em dia (seguro, licenciamento etc.), podendo o BANDES, a qualquer momento solicitar a apresentação dos mesmos.
- 4.23. Os veículos terão que ser substituídos quando atingirem no máximo 24 meses de fabricação ou 60.000 km rodados, o que ocorrer primeiro e sem ônus para o BANDES.

- 4.24. A substituição dos veículos utilizados pelo BANDES por veículo reserva por qualquer motivo necessário ao seu perfeito funcionamento deverá ocorrer **no endereço do BANDES, no prazo máximo de 48 horas** após a solicitação formal, **ficando sob responsabilidade da Contratada a logística necessário para tal procedimento.**
- 4.25. Não deverão ser cobradas taxas de entrega ou de retirada dos veículos.
- 4.26. O local de execução do serviço será na sede do BANDES, localizada no endereço: Av. Princesa Isabel, 54, Centro, Vitória, ES, CEP: 29010-906.
- 4.27. O ano/modelo de fabricação dos veículos deverá corresponder ao constante na tabela 1 do Termo de Referência – OBJETO ou superior.
- 4.28. Os veículos deverão estar devidamente licenciados pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN.
- 4.29. Os veículos deverão ser entregues, de acordo com a demanda elencada na tabela 1, no endereço informado no item 4.1 deste Termo de Referência, devidamente limpos, com tanque cheio e com revisão mecânica/elétrica, de forma a permitir a completa segurança durante sua utilização.
- 4.30. A CONTRATADA deverá entregar 2 veículos executivos e 1 veículo operacional com até 30 (trinta) dias, contados a partir do prazo de início de vigência do contrato. Além disso, a Contratada deverá entregar o último veículo executivo restante no dia 18/12/2019.**
- 4.31. A CONTRATADA deverá entregar os veículos nos endereços elencados no item 4.1 de acordo com o quantitativo descrito, sendo o ônus logístico e demais custos provenientes da entrega do objeto a cargo da CONTRATADA.
- 4.32. Em caso de manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA deverá promover a substituição imediata do veículo por outro de mesma categoria, a fim de manter contínua a disponibilidade do objeto.
- 4.33. Os veículos que não atenderem às condições descritas neste termo de referência ou que apresentarem vícios de fabricação serão imediatamente devolvidos pelo BANDES à Contratada, para que proceda à devida substituição, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, podendo ser ampliado caso justificado, a contras da data de sua notificação formal, não cabendo ao BANDES arcar com quaisquer custos provenientes da substituição.

5. PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1. Pelo cumprimento do objeto contratual, o BANDES pagará a CONTRATADA, o quantitativo de veículos de cada categoria multiplicado pelo valor unitário da mensalidade, desde que aceitos pela fiscalização do BANDES.
- 5.2. O BANDES pagará à contratada pelo serviço em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo BANDES.
- 5.3. O pagamento será realizado mensalmente através de depósito ou transferência para conta bancária a ser informada pela CONTRATADA.
- 5.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser entregue no início de cada mês, fazendo juntar os seguintes documentos:
- 5.4.1. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- 5.4.2. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- 5.4.3. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos com a Fazenda Pública Estadual do Espírito Santo.

- 5.5. A conferência da Nota Fiscal/Fatura será efetuada pelo setor responsável pela fiscalização do contrato, confirmando que os serviços foram prestados na forma contratada.
- 5.6. O documento de cobrança rejeitado por erros ou incorreções, será devolvido ao contratado, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de sua apresentação.
- 5.7. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de 10 (dez) dias úteis passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.
- 5.8. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidades ou inadimplemento, sem que isso gere direito ao pleito de atualização.
- 5.9. Fica assegurado ao BANDES o direito de deduzir do pagamento devido à Contratada, independente da aplicação de multas, importância correspondente a:
 - 5.9.1. Débitos a que tiver dado causa;
 - 5.9.2. Despesas relativas à correção de eventuais falhas;
 - 5.9.3. Dedução relativa a insumos de sua responsabilidade não fornecidos;
 - 5.9.4. Se devido, serão procedidos nos pagamentos a serem efetuados as retenções de impostos nas hipóteses previstas na lei. Caso a Contratada seja optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com cada Nota Fiscal/Fatura, a cópia do Termo de Opção.
- 5.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA

- 6.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
 - 6.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:
 - 6.1.1.1. Deverá haver a comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano na prestação de serviços de locação de veículos automotores, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.**
 - 6.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
 - 6.1.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

7. REAJUSTE DE PREÇOS

- 7.1. O contrato poderá ser reajustado aplicando-se como índice de reajuste o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- 7.2. O reajustamento de preço respeitará o interregno mínimo legal de 12 (doze) meses.
- 7.3. O marco inicial para a concessão do primeiro reajustamento de preço é o mês de apresentação da última proposta de preços pela CONTRATADA, desconsiderando-se interstícios temporais inferiores a um mês.

- 7.4. Em caso de reajustamento de preço posterior ao primeiro, o marco inicial será a data em que a revisão anterior tiver ocorrido.
- 7.5. O reajustamento do contrato deverá ser pleiteado pela CONTRATADA até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão (lógica) do direito ao reajuste.

8. SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Não serão admitidas a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial do objeto deste Contrato, assim como, a associação da CONTRATADA com outrem, como também a fusão, cisão ou a incorporação, que impliquem em substituição da CONTRATADA por outra Empresa, nos termos da legislação em vigor.

8.1.1. A fusão, cisão ou incorporação, só serão admitidas, desde que comunicadas ao BANDES, cuja manutenção do contrato deverá ser expresso, sem que cause qualquer prejuízo à boa execução, e que a empresa sucessora possua os requisitos de habilitação exigidos inicialmente, para que possa dar continuidade ao contratado.

9. DA GARANTIA CONTRATUAL

- 9.1. Não será exigida garantia contratual.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Conforme Cláusula Nona, do Anexo IV (Minuta do Contrato).

11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 11.1. Conforme Cláusula Sétima e Oitava, do Anexo IV (Minuta do Contrato).

12. DA MATRIZ DE RISCOS

- 12.1. Não aplicável.

13. DA FONTE DE RECURSOS

- 13.1. As despesas com a execução do objeto contratado provêm de recursos próprios do BANDES.

14. CONSÓRCIO

- 14.1. Não será permitido consórcio.

15. VISITA TÉCNICA

- 15.1. Devido às características da contratação, não haverá visita técnica.

16. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 16.1. A fiscalização do contrato objeto desta licitação ficará a cargo da Gerência de Recursos Humanos e Serviços Administrativos - GERHA.

ANEXO II - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2019/007
APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
E-MAIL:
REPRESENTANTE LEGAL:

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação continuada de veículos automotores terrestres, sem motorista, com seguro sem franquia e com quilometragem livre, para atender a demanda do BANDES, conforme especificações estipuladas no Edital 2019/007 e seus Anexos.

1. QUADRO RESUMO DA PROPOSTA DE PREÇOS

GRUPO 1						
Item	Descrição / Especificação	Veículos	Período de locação	Quantidade de mensalidades total	Preço unitário Mensal por Veículo	Preço Total Por Item
1	Veículo Operacional – Configuração Mínima: Sedã Compacto, modelo 2019/2020, 0 km, na cor preto, branco ou prata, capacidade 5 passageiros, combustível flex, potência de 98 cv na gasolina, torque de 13 kgf.m na gasolina, equipado com câmbio manual, ar condicionado, direção assistida, air bags, freios ABS, vidros elétricos frontais, travas elétricas, alarme, sistema de som do fabricante do veículo com radio AM/FM, CD/DVD, USB e Bluetooth e seguro sem franquia. MARCA / MODELO:	1 por mês	24 meses	24		
2	Veículo Executivo – Configuração Mínima: Sedã Médio, modelo 2019/2020, 0 km, na cor preto, branco ou prata, capacidade 5 passageiros, combustível flex, potência 140 cv na gasolina, torque de 19 kgf.m na gasolina, equipado com câmbio automático, ar condicionado, direção assistida, air bags frontais e laterais, freios ABS, controle de tração, controle de estabilidade, vidros elétricos frontais e traseiros, travas elétricas, alarme, volante multifunções, sistema de som multimídia, banco de couro, computador de bordo e seguro sem franquia. MARCA / MODELO:	3 por mês	24 meses	72		
VALOR GLOBAL DO CONTRATO						

2. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

- 2.1. Pela prestação dos serviços de locação de 1 (um) veículo operacional, cobraremos o valor unitário de R\$ _____ (valor por extenso) por mês.
- 2.2. Pela prestação dos serviços de locação de 1 (um) veículo executivo, cobraremos o valor unitário R\$ _____ (valor por extenso) por mês.

- 2.3. O valor global da proposta para o período contratual de 24 meses é de R\$ _____ (valor por extenso).
- 2.4. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- 2.5. Declaro que, nos preços propostos, estão incluídas todas as despesas com salários, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, materiais, equipamentos, seguros, fretes, transporte, tributos diretos e indiretos e outras despesas pertinentes ao objeto do presente edital e seus anexos.
- 2.6. Declaro que a proposta atende às exigências e especificações contidas neste Edital e seus Anexos.

[Local], [dia] de [mês por extenso] de [ano].
[Nome e assinatura do Representante Legal]

ANEXO III - DECLARAÇÃO**PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2019/007****ANEXO III – DECLARAÇÃO**

A empresa [Razão Social da empresa], CNPJ n.º [nº do CNPJ], sediada [endereço completo], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). [nome completo do representante legal], portador(a) da Carteira de Identidade nº [nº da Carteira de Identidade] e do CPF nº [nº do CPF] DECLARA que:

- I. até a presente data, não se enquadra em qualquer das situações previstas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, artigos 8º e 9º do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES e item 6.2 deste Edital, inexistindo quaisquer fatos impeditivos para sua participação no presente processo licitatório, ciente a obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- II. não designará, para a execução dos serviços ora licitados, profissionais que sejam cônjuge, companheiro(a) ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado ou diretor do BANDES.
- III. não se encontra inscrita no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Estado do Espírito Santo e não foi declarada inidônea por União, Estados ou Distrito Federal.
- IV. nesta empresa não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, na forma da lei.
- V. está ciente dos termos do Edital e de seus Anexos, inclusive da Minuta do Contrato, manifestando concordância irrestrita com os termos dos mesmos e de que não poderá alegar desconhecimento para alteração dos preços propostos ou para descumprimento do objeto da licitação.
- VI. aceita todas as condições exigidas nesta licitação, e concorda com os termos dos documentos que a integram.
- VII. disporá, no momento da contratação, de todos os recursos humanos e operacionais necessários à execução do objeto licitado.
- VIII. está ciente do teor do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, do Código de Ética do BANDES, bem como da Política de Transação com Partes Relacionadas do BANDES, disponíveis em www.bandes.com.br.
- IX. está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

[Local], [dia] de [mês por extenso] de [ano].

[Nome e assinatura do Representante Legal]

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2019/007

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº [número/ano]

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM
O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A E
[RAZÃO SOCIAL EMPRESA].**

Partes:

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A, sociedade de economia mista estadual, sediada na Avenida Princesa Isabel, nº 54, Vitória/ES, inscrito no CNPJ sob nº 28.145.829/0001-00, doravante denominado **BANDES**.

[RAZÃO SOCIAL EMPRESA], pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua [xxxx], nº [xxxx], [bairro], [cidade]/ES, CEP: [XXX], inscrita no CNPJ sob o nº [Nº CNPJ], doravante denominada **CONTRATADA**.

Por seus representantes legais resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, sujeitando-se as partes às disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, o Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, o Código de Ética do BANDES e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de locação continuada de veículos automotores terrestres, sem motorista, com seguro sem franquia e com quilometragem livre, para atender a demanda do BANDES.
- 1.2. A descrição detalhada e especificação dos serviços estão contidas no Anexo I deste contrato, no Edital de Pregão Eletrônico nº 2019/007 e Anexos, que fazem parte deste contrato.
- 1.3. Na execução dos serviços a CONTRATADA estará obrigada a observar todas as condições estabelecidas neste contrato, especialmente as obrigações constantes da Cláusula Sétima.
- 1.4. Salvo o que tiver sido expressamente modificado pelo presente instrumento, os serviços ora contratados serão efetuados em conformidade com os documentos a seguir enumerados, que passam a integrá-lo como se nele transcritos:
 - a) Proposta Comercial
 - b) Termo de Referência

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 2.1. O prazo de vigência do contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de publicação deste contrato no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo.
- 2.2. O contrato poderá ser prorrogado até o limite de 60 meses, nos termos do art. 144 do Regulamento de Licitações e Contratos do Bandes.

- 2.3. As prorrogações serão permitidas, observados os requisitos previstos no art. 147, do Regulamento de Licitações e Contratos do Banded, com as devidas justificativas por escrito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 3.1. O objeto será executado de forma indireta, pelo regime de Contratação por Preço Global.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

- 4.1. Pelo cumprimento do objeto contratual, o BANDES pagará mensalmente a CONTRATADA, o valor unitário de R\$ ____ por veículo operacional locado e o valor unitário de R\$ ____ por veículo executivo locado.
- 4.2. O valor total estimado para o período contratual é de R\$ ____.
- 4.3. No preço ajustado estão incluídos todos os impostos, taxas, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e demais despesas que se fizerem necessárias à perfeita e total execução do objeto deste contrato.
- 4.4. As despesas com a execução do objeto contratado provêm de recursos próprios do BANDES.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

- 5.1. O contrato poderá ser reajustado aplicando-se como índice de reajuste o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- 5.2. O reajustamento de preço respeitará o interregno mínimo legal de 12 (doze) meses.
- 5.3. O marco inicial para a concessão do primeiro reajustamento de preço é o mês de apresentação da última proposta de preços pela CONTRATADA, desconsiderando-se interstícios temporais inferiores a um mês.
- 5.4. Em caso de reajustamento de preço posterior ao primeiro, o marco inicial será a data em que a revisão anterior tiver ocorrido.
- 5.5. O reajustamento do contrato deverá ser pleiteado pela CONTRATADA até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão (lógica) do direito ao reajuste.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1. O BANDES pagará à CONTRATADA pelos serviços prestados em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo BANDES.
- 6.2. O pagamento será realizado através de depósito ou transferência para conta bancária a ser informada pela CONTRATADA.
- 6.3. A conferência da Nota Fiscal/Fatura será efetuada pelo setor responsável pela fiscalização do contrato, confirmando que os serviços foram prestados na forma contratada.
- 6.4. O documento de cobrança rejeitado por erros ou incorreções, será devolvido à CONTRATADA, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de sua apresentação.

- 6.5. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de 10 (dez) dias úteis passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.
- 6.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidades ou inadimplemento, sem que isso gere direito ao pleito de atualização.
- 6.7. O BANDES poderá deduzir dos pagamentos, importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela CONTRATADA em decorrência de inadimplemento do contrato.
- 6.8. Os valores correspondentes às notas fiscais vencidas e não pagas pelo BANDES na forma contratual, sofrerão a incidência de multa de mora na base de 0,01% (zero vírgula zero um por cento) ao dia sobre a parcela em atraso, limitada a sua aplicação ao valor total.
- 6.8.1. Os pagamentos das multas de mora serão efetuados pelo BANDES contra apresentação de nota de débito contendo o número do contrato e a Nota Fiscal correspondente.
- 6.9. Fica assegurado ao BANDES o direito de deduzir do pagamento devido à CONTRATADA, independente da aplicação de multas, importância correspondente a:
- I. Débitos a que tiver dado causa;
 - II. Despesas relativas à correção de eventuais falhas;
 - III. Dedução relativa a insumos de sua responsabilidade não fornecidos;
- 6.10. Se devido, serão procedidos nos pagamentos a serem efetuados as retenções de impostos nas hipóteses previstas na lei. Caso a Contratada seja optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com cada NF/Fatura, a cópia do Termo de Opção.
- 6.11. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
- 6.12. A cada pagamento a CONTRATADA deverá comprovar a manutenção das condições de contratação através da apresentação dos seguintes documentos:
- I. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
 - II. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
 - III. Prova de regularidade com a Fazenda Pública Estadual do Espírito Santo, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Além das demais condições inseridas neste contrato e anexos, e no termo de referência, constituem obrigações da CONTRATADA, as seguintes:
- I. Disponibilizar ao **BANDES**, no início do contrato, os veículos zero quilômetro em perfeitas condições de utilização e apresentação, com os equipamentos obrigatórios, devidamente registrados e licenciados, conforme características e especificações constantes no Anexo I do Edital de Licitação;

- II. Entregar os veículos com tanque de combustível cheio no momento da entrega e substituições provisórias ou permanentes dos veículos;
- III. A **CONTRATADA** é responsável por arcar e garantir a regularidade documental do veículo, as obrigações administrativas e fiscais decorrentes da propriedade dos veículos de maneira a deixá-los em condição de trânsito, bem como sobre quaisquer tipos de licenças para execução dos serviços, salvo as multas de trânsito e despesas com combustível e limpeza, bem como o pagamento de pedágios, que correrão por conta do **BANDES**, quando do seu ato de utilização de veículo locado;
- IV. Arcar com todas as multas de trânsito e despesas com combustível, bem como o pagamento de pedágios, que **não** ocorrerem durante a utilização do veículo pelo **BANDES**, ou seja, quando o veículo estiver sob guarda da **CONTRATADA**;
- V. Arcar com as multas decorrentes de irregularidades fiscais e documentais dos automóveis, exceto quando o condutor der causa;
- VI. Responsabilizar-se pelo perfeito funcionamento dos veículos locados, objeto do presente contrato;
- VII. Deverá possuir sede, filial, posto de atendimento, etc. com capacidade administrativa e operacional na Grande Vitória, para a perfeita execução dos serviços, concernentes às substituições, manutenções e outros, dentro do prazo máximo estabelecido;
- VIII. Indicar um representante domiciliado na Grande Vitória com poder para representar à contratada e atuar de forma conjunta com o fiscal do contrato, com a finalidade de tomar providências, prestar e receber informações inerentes à execução do contrato sempre que for solicitado, inclusive feriados e fins de semana;
- IX. A **CONTRATADA** deverá fornecer, sempre que solicitado, o serviço de reboque do veículo e traslado dos passageiros, sem ônus para contratante, quando os veículos ficarem impedidos de transitar em razão de acidente, defeito, retenção por falta de regularidade documental, problemas que impeçam seu conserto no local ou qualquer outro motivo, não importado a localidade e horário da ocorrência;
- X. A substituição dos veículos relativa às hipóteses previstas fica condicionada à solicitação do fiscal do contrato a ser realizada por e-mail, nos casos não urgentes, ou por telefone, nos casos de urgência ou em dias não-úteis, devendo a solicitação ser formalizada, neste último caso, por e-mail no prazo máximo de 02 dias úteis;
- XI. Não haverá limites na quantidade total de substituição por veículos com características idênticas às exigidas neste termo de referência e no contrato;
- XII. Caso sejam constatadas deficiências que prejudiquem o desempenho do veículo locado, a **CONTRATADA** deverá substituir o veículo imediatamente, por outro de mesma especificação até que sejam sanados os problemas;
- XIII. O automóvel deverá ter toda a documentação obrigatória, devidamente atualizada e seguro total, sem franquia para o **BANDES**;
- XIV. Responsabilizar-se pelo pagamento de toda e qualquer franquia de seguro devido em razão da ocorrência de risco coberto por contrato de seguro, incluindo sinistros relativos a furto, roubo e conserto de avarias, vedada a transferência de qualquer despesa ou ônus para o **BANDES**;
- XV. Manter os veículos segurados com cobertura total, no período de execução dos serviços, ficando o **BANDES** isentado plenamente de responsabilidade em relação a quaisquer danos materiais, pessoais ou pecuniários, inclusive de terceiros e franquias;

- XVI. A plena isenção de responsabilidade do **BANDES** estende-se também aos casos de avarias de menor monta, nos veículos locados e de terceiros, ocorridas de forma involuntária, decorrentes de uso e casos fortuitos e que não ensejam a utilização dos serviços da seguradora;
- XVII. Registrar e comunicar imediatamente ao fiscal do contrato as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, sob pena de responder integralmente por sua omissão;
- XVIII. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do **BANDES**, quanto ao objeto deste contrato;
- XIX. Fornecer todas as informações necessárias para esclarecimento de dúvidas quando solicitadas pelo **BANDES**, no prazo máximo de 05 dias;
- XX. Ao iniciar a prestação do serviço, a **CONTRATADA** deverá apresentar ao gestor do contrato a apólice de seguro correspondente ao veículo, bem como comprovar a sua renovação a cada novo período;
- XXI. Ao entregar o veículo, a **CONTRATADA** deverá apresentar certidão de nada consta do veículo, com a finalidade de comprovar a não existência de pendências de multas, DPVAT, licenciamentos, ou outras obrigações;
- XXII. Observar a legislação ambiental, mantendo guarda de comprovantes de regularidade, a exemplo dos relacionados a descarte de seus materiais;
- XXIII. Possibilitar ao **BANDES** efetuar vistoria nas instalações da **CONTRATADA** a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;
- XXIV. Comunicar imediatamente ao **BANDES** qualquer alteração ocorrida no endereço, razão social, telefones, conta bancária e outros documentos necessários para recebimento de correspondência ou atualização de dados do contrato;
- XXV. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- XXVI. Fiscalizar o perfeito cumprimento da prestação de serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes, independentemente da fiscalização exercida pela **BANDES**;
- XXVII. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições assumidas na licitação;
- XXVIII. Não subcontratar, no todo ou em parte, os serviços ora licitados;
- XXIX. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, anexando a cada fatura a comprovação do efetivo recolhimento, bem como pela adoção de medidas necessárias à segurança do seu pessoal;
- XXX. Responsabilizar-se, integralmente, por qualquer dano causado por negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados;
- XXXI. Indenizar terceiros e/ou **BANDES**, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a **CONTRATADA** adotar todas as medidas preventivas cabíveis, tudo com fiel observância às exigências das autoridades e à legislação de regências;
- XXXII. Arcar com as despesas e encargos de qualquer natureza com o seu pessoal, necessários à execução do presente contrato, responsabilizando-se pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, de acidente de trabalho e outras;

XXXIII. Seguir os seguintes procedimentos operacionais:

- a. Instalar equipamentos e/ou acessórios somente durante as revisões programadas do veículo, revisões de KM (quilometragem) da garantia de fábrica;
- b. Não receber veículos para revisão sem a programação e agendamento prévio encaminhado via e-mail pelo fiscal do contrato, exceto nos casos de acidentes e/ou ocorrências sucedidas nos feriados ou finais de semana;
- c. Enviar ao fiscal do contrato a cópia da Notificação de Autuação e Notificação de Penalidade que seja de responsabilidade do **BANDES** conforme disposições deste termo, imediatamente após recebê-la, com prazo para defesa legal do condutor, superior a 15 (quinze) dias do seu vencimento. Caso a **CONTRATADA** cumpra o prazo estabelecido, a contratante efetivará o ressarcimento da referida multa; caso contrário, será rejeitado o recebimento dos documentos e a multa não será ressarcida;
- d. Sempre que realizada a troca do veículo, a **CONTRATADA** deverá encaminhar no prazo máximo de 48 horas documento de substituição de veículo (checklist) por qualquer que seja a motivação, devidamente assinada pelo colaborador que recebeu o veículo;
- e. O ressarcimento à **CONTRATADA** dar-se-á sempre com 30 (trinta) dias após o efetivo pagamento da multa junto ao órgão autuador, mediante o requerimento de pagamento juntamente com a nota de débito; só serão aceitas as notas de débitos que referenciem apenas uma infração de trânsito.

XXXIV. Registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, de tudo dando ciência ao BANDES, respondendo integralmente por sua omissão;

XXXV. Acatar, imediatamente, qualquer solicitação do **BANDES**, no sentido de promover o afastamento de quaisquer de seus empregados encarregados da prestação dos serviços, que não mereçam sua confiança ou embaracem a fiscalização ou, ainda, que se comportem de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhes forem atribuídas;

XXXVI. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao BANDES ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

XXXVII. Para todos os fins de direito, a licitante vencedora é empregadora autônoma, não existindo entre seus empregados e o **BANDES** vínculo de qualquer natureza, correndo por conta e responsabilidade exclusiva da proponente todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias, FGTS, seguros e pagamento de tributos que incidam ou venham incidir sobre a prestação dos serviços ora mencionados neste Edital;

XXXVIII. Não oferecer este contrato em garantia de operações de crédito bancário;

XXXIX. Cumprir durante a execução do contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais, pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

XL. Manter o **BANDES** e seus representantes legais a salvo de qualquer responsabilidade pelo uso na execução do contrato, de inventos patenteados, marcas, desenhos ou equivalentes, protegidos pela legislação em vigor;

XLI. Responsabilizar-se pelo pagamento que lhe couber no recolhimento dos impostos devidos na época da assinatura do contrato, bem como dos demais tributos que incidam ou venham a incidir sobre os equipamentos e/ou materiais e/ou serviços abrangidos pelo contrato, durante a sua execução;

- XLII. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos, bem como por quaisquer infrações de natureza fiscal, decorrentes da execução do contrato;
- XLIII. Manter, durante a vigência da prestação dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO BANDES

8.1. Obriga-se o BANDES, no âmbito de sua competência, e nos limites deste contrato a:

- I. Acompanhar e fiscalizar execução do objeto do contrato e aplicar as medidas corretivas necessárias, inclusive às penalidades legalmente previstas, comunicando à Contratada as ocorrências que exijam medidas corretivas;
- II. Impedir que terceiros estranhos ao contrato executem a obra, prestem os serviços ou forneçam o objeto contratado, conforme o caso, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no contrato;
- III. Conferir e receber o objeto nos termos deste contrato, de seus anexos, do Termo de Referência e do Edital;
- IV. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com o contrato, com seus anexos e com o Termo de Referência;
- V. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo BANDES, não devem ser interrompidos;
- VI. Proceder o pagamento do contrato, na forma e no prazo pactuado neste instrumento;
- VII. Disponibilizar à CONTRATADA toda a documentação, informações e condições inerentes ao objeto contratado. As informações deverão ser fornecidas em tempo hábil para que a CONTRATADA possa cumprir os prazos acordados;
- VIII. Usar os veículos respeitando suas características e especificações, empregando condutores habilitados;
- IX. Comunicar à **CONTRATADA**, sempre que solicitar, a quilometragem do último abastecimento de cada veículo para controle das manutenções preventivas;
- X. Arcar com os custos relativos ao consumo de combustível e utilização de vias rodoviárias que cobrem pedágio e devolver os veículos à **CONTRATADA** no final do contrato com o tanque de combustível cheio;
- XI. Também deverá devolver os veículos reservas com tanque de combustível cheio por ocasião de sua devolução;
- XII. Ressarcir à Contratada os valores pagos com multas de trânsito que a contratante deu causa, desde que comprovado que o veículo estava em uso pela **CONTRATANTE** e atendidos os prazos estipulados;
- XIII. Providenciar boletim de acidente de trânsito, de ocorrência ou qualquer outro documento público equivalente em caso de sinistro envolvendo terceiros, incêndios ou subtração do veículo, encaminhado cópia do documento imediatamente à **CONTRATADA**;
- XIV. Efetuar os pagamentos correspondentes aos serviços prestados pela CONTRATADA, respeitando o preço estabelecido no contrato;

- XV. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da execução do objeto;
- XVI. Coordenar, através do fiscal do contrato, a execução do objeto pela CONTRATADA, efetuando os contatos necessários.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES APLICÁVEIS

9.1. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, erro ou demora na sua execução, ou ainda, pelo descumprimento de qualquer obrigação nele assumida, a CONTRATADA será notificada pelo BANDES, sendo-lhe garantida prévia defesa. Caso as razões por ela apresentadas sejam consideradas improcedentes, o CONTRATANTE poderá aplicar-lhe as seguintes sanções:

I. Advertência, quando ocorrer:

- a) Descumprimento das obrigações contratuais que não acarretem prejuízos para o BANDES;
- b) Execução insatisfatória ou pequenos transtornos aos serviços, desde que sua gravidade não recomende a aplicação de multa ou suspensão temporária.

II. Multa, nos percentuais e condições indicados abaixo:

- a) No início dos serviços fora do prazo estabelecido haverá multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor total do objeto não fornecido, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério do BANDES, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto;
- b) Caso não efetue a troca do objeto quando notificado, haverá multa de 0,5% (meio por cento) do valor do contrato;
- c) Substituir o objeto fora do prazo estabelecido implicará em multa de 0,5% (um por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do objeto não substituído, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério do BANDES, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto;
- d) Havendo um comportamento de modo inidôneo, a empresa será suspensa de licitar e contratar com a BANDES pelo período de 02 (dois) anos, além de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- e) Se for constada uma declaração falsa, a Contratada será suspensa de licitar e contratar com o BANDES pelo período de 02 (dois) anos, além de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- f) Se for constatada a apresentação de documentação falsa, a Contratada ficará suspensa de licitar e contratar com o BANDES pelo período de 02 (dois) anos, além de multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato. O fato também será comunicado ao Ministério Público Estadual;
- g) Se a Contratada cometer fraude fiscal, a mesma ficará suspensa de licitar e contratar com o BANDES pelo período de 02 (dois) anos, além de multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato. O fato também será comunicado ao Ministério Público Estadual;
- h) Caso haja a inexecução de qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no presente Termo Contratual em que não se comine outra penalidade, haverá multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do contrato, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério do BANDES, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto;
- i) Havendo inexecução total, a Contratada ficará suspensa de licitar e contratar com o BANDES pelo período de 02 (dois) anos, além de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;
- j) Havendo inexecução parcial do objeto, a Contratada ficará suspensa de licitar e contratar de licitar com o BANDES pelo período de 01 (um) ano, além de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

- 9.2. Na hipótese da multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, o BANDES poderá proceder a rescisão do contrato, hipótese em que a Contratada também se sujeitará às sanções previstas neste Contrato.
- 9.3. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo BANDES ou cobradas diretamente da empresa penalizada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.
- 9.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 9.5. Caberá apresentação de defesa prévia pelo contratado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação inicial acerca da aplicação da sanção.
- 9.6. O processo para aplicação de sanções obedecerá às normas estabelecidas nos arts. 189 a 192 do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

- 10.1. A inexecução, total ou parcial, deste contrato poderá dar ensejo a sua rescisão e acarretará as consequências previstas na Lei 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.
- 10.2. Constituem motivos para rescisão deste Contrato:
 - I. O não cumprimento injustificado de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - II. Subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital ou no contrato;
 - III. O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
 - IV. A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº. 12.846/2013;
 - V. A inobservância das vedações previstas nos arts. 8º e 9º do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES;
 - VI. Prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação do BANDES, direta ou indiretamente;
 - VII. O cometimento reiterado de falhas na execução contratual, devidamente registradas pelo fiscal do contrato.
- 10.3. O não cumprimento injustificado de cláusulas contratuais será considerado nos casos em que as razões apresentadas pela CONTRATADA sejam consideradas improcedentes pelo BANDES.
- 10.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.
- 10.5. A rescisão nas hipóteses do item 10.2 acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato:

- I. Assunção imediata do objeto contratado, pelo BANDES, no estado e local em que se encontrar;
- II. Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pelo BANDES;
- III. Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao BANDES.

10.6. O processo para rescisão do contrato obedecerá às normas estabelecidas nos arts. 189 a 192 do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.

10.7. A rescisão do contrato poderá ocorrer de forma amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o BANDES.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. Eventuais alterações contratuais somente poderão ocorrer mediante acordo entre as partes e reger-se-ão pela disciplina dos arts. 150 a 157, do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, e art. 81 da Lei 13.303/2016.

11.2. As alterações contratuais deverão ser formalizadas por meio de termos aditivos, exceto as que digam respeito à variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e às atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, que poderão ser registradas por simples apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUBCONTRATAÇÃO

12.1 Não serão admitidas a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial do objeto deste Contrato, assim como, a associação da CONTRATADA com outrem, como também a fusão, cisão ou a incorporação, que impliquem em substituição da CONTRATADA por outra Empresa, nos termos da legislação em vigor.

12.2 A fusão, cisão ou incorporação, só serão admitidas, desde que comunicadas ao BANDES, cuja manutenção do contrato deverá ser expresso, sem que cause qualquer prejuízo à boa execução, e que a empresa sucessora possua os requisitos de habilitação exigidos inicialmente, para que possa dar continuidade ao contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONDUTA ÉTICA DO CONTRATADO E DO BANDES

13.1 A CONTRATADA e o BANDES comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios do interesse público, da integridade, da imparcialidade, da transparência, da honestidade, da responsabilidade, do respeito, da competência e eficiência.

13.2 Em atendimento ao disposto no item 13.1 desta Cláusula, a CONTRATADA obriga-se, inclusive, a:

- I. Não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
- II. Impedir o favorecimento ou a participação de empregados e dirigentes do BANDES, ou seus parentes até o terceiro grau, na execução do objeto do presente Contrato, em situação de conflito de interesse;

- III. Observar o Código de Ética do BANDES vigente ao tempo da contratação, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes;
- IV. Adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

- 13.3 Verificada uma das situações mencionadas no inciso II do item 13.2 desta Cláusula, compete a CONTRATADA afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato ao BANDES, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.
- 13.4 A CONTRATADA declara ter conhecimento do Código de Ética do BANDES, que poderá ser consultado por intermédio do sítio eletrônico www.bandes.com.br ou requisitado ao Fiscal do Contrato.
- 13.5 Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas do BANDES ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria por qualquer cidadão através dos seguintes canais: página na internet (www.bandes.com.br) e telefone (0800.283.4202).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS

- 14.1 Aplicam-se ao presente contrato, no que couberem, as disposições da Lei 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, bem como as disposições abaixo:
- I. As relações entre o BANDES e a CONTRATADA serão sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais, determinados pela urgência das medidas que deverão, todavia, ser confirmados por escrito dentro de 05 (cinco) dias úteis;
 - II. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades do contrato, nem implicará em aprovação definitiva do fornecimento realizado, salvo disposição em contrário, estabelecida neste instrumento.
 - III. Não valerá como precedente ou novação ou, ainda, como renúncia aos direitos que a legislação e o contrato asseguram ao BANDES, a tolerância de sua parte quanto a eventuais infrações da CONTRATADA às condições estabelecidas no instrumento contratual e seus anexos.
 - IV. Fica expresso e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício, por parte do BANDES, de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em decorrência do contrato ou a concordância com o atraso no cumprimento das obrigações da parte inadimplente, não atingirá aqueles direitos ou faculdades que poderão ser exercidos na forma estabelecida no instrumento contratual, até a data em que estiverem cumpridas todas as obrigações mútuas.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

- 15.1 A presente contratação é resultado do Pregão Eletrônico nº 2019/007 – Processo AD 00111/2019, autorizado pela Diretoria Executiva do BANDES em Reunião realizada no dia 29/08/2019, nos termos do Voto DIRAF nº 079/2019.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DO FORO

16.1 As partes elegem, de comum acordo, o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado de Espírito Santo, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões que se originam deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Vitória/ES, [dia] de [mês] de [ano].

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A – BANDES

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
CPF nº:

2. _____
Nome:
CPF nº:

ANEXO I (DO CONTRATO)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação continuada de veículos automotores terrestres, sem motorista, com seguro sem franquia e com quilometragem livre, para atender a demanda do BANDES, conforme especificações estabelecidas neste instrumento:

GRUPO 1					
Item	Descrição / Especificação	Veículos	Período de locação	Unidade de Medida	Quantidade
1	Veículo Operacional – Configuração Mínima: Sedã Compacto, ano/modelo 2019/2020, 0 km, na cor preto, branco ou prata, capacidade 5 passageiros, combustível flex, potência de 98 cv na gasolina, torque de 13 kgf.m na gasolina, equipado com câmbio manual, ar condicionado, direção assistida, air bags, freios ABS, vidros elétricos frontais, travas elétricas, alarme, sistema de som do fabricante do veículo com radio AM/FM, CD/DVD, USB e Bluetooth, seguro sem franquia e película de controle solar.	1	24 meses	Mensalidade de cada veículo	24
2	Veículo Executivo – Configuração Mínima: Sedã Médio, ano/modelo 2019/2020, 0 km, na cor preto, branco ou prata, capacidade 5 passageiros, combustível flex, potência 140 cv na gasolina, torque de 19 kgf.m na gasolina, equipado com câmbio automático, ar condicionado, direção assistida, air bags frontais e laterais, freios ABS, controle de tração, controle de estabilidade, vidros elétricos frontais e traseiros, travas elétricas, alarme, volante multifunções, sistema de som multimídia, banco de couro, computador de bordo, seguro sem franquia e película de controle solar.	3	24 meses	Mensalidade de cada veículo	72

- 1.2. Equivalentes aos modelos:

- 1.2.1. **Veículo Operacional – Sedã Compacto:** Voyage 1.6 MSI, Prisma 1.4 LTZ SPE/4, Ka Sedan SE Plus 1.5 16v, Versa 1.6 SV, Etios Sedan X Plus 1.5, Cronos Drive 1.3, HB20S 1.6 Comfort Plus, Logan 1.6 Zen e demais com especificações semelhantes.

1.2.2. **Veículo Executivo – Sedã Médio:** Focus Fastback SE Plus 2.0 PowerShift, Jetta 1.4 250 TSI flex tiptronic, Sentra 2.0 SV flexstart 4P Automático, Cruze 1.4 Turbo LT 16V Flex 4P Automático, Corolla 2.0 VVT-IE Flex GLI Direct Shift 2020, C4 Lounge 1.6 THP Flex 100 anos BVA 2020, Civic 2.0 16V Flexone LX 4P CVT 2020 e demais com especificações semelhantes.

- 1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de locação de veículo por valor mensal.
- 1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.
- 1.6. O contrato terá vigência pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.

2. ESTIMATIVA DE QUILOMETRAGEM

Item	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Qde de Km estimado por veículo (média/mês)
01	Veículo Operacional	1.800
02	Veículo Executivo	2.500

- 2.1. As quilometragens apresentadas acima são meramente estimativas para auxílio na composição dos preços, visto que os serviços de locação serão executados no regime de quilometragem livre.

3. DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

- 3.1. Os veículos deverão ser entregues na sede do BANDES, no endereço: Av. Princesa Isabel, 54, Centro, Vitória-ES, CEP: 29010-906.
- 3.2. A Contratada deverá ter sede, filial, posto de atendimento, etc., no município de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra ou Viana, bem como indicar representante para atendimento do BANDES.
- 3.3. O representante deverá ter poderes para representar à Contratada e atuar de forma conjunta com o BANDES, constituindo um elemento de ligação no atendimento, com a finalidade de tomar providências, prestar e receber informações inerentes à execução do contrato, quando solicitado, e a qualquer tempo, inclusive feriados e fins de semana.
- 3.4. Todos os veículos deverão possuir seguro total, inclusive de responsabilidade civil e contra terceiros, ficando claro e certo que o BANDES não assumirá quaisquer responsabilidades ou ônus advindos de sinistros com os veículos, tenham estes ocorrido dentro ou fora de seu estabelecimento, envolvendo vítimas ou não, nem mesmo o pagamento de franquias e custos, que serão de responsabilidade exclusiva da Contratada, que deverá comprovar a efetivação do seguro e sua renovação periódica.
- 3.5. O seguro deve ser total, que inclua cobertura para responsabilidade civil, contra terceiros, danos pessoais dos passageiros transportados, envolvidos nos casos de colisão ou qualquer tipo de acidente, incluindo ainda, a devida assistência para o motorista, nas seguintes condições: RCF – Responsabilidade Civil Facultativa contra Terceiros (DM, DP) e APP – Acidente pessoal de passageiro (Morte e Invalidez), sendo o valor mínimo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por pessoa.

- 3.6. Em caso de immobilizações dos veículos por acidente, legalização, manutenção ou outra causa, durante trajeto, a Contratada deverá tomar todas as providências necessárias para atendimento imediato dos usuários em trânsito.
- 3.7. A Contratada deverá fornecer, sempre que solicitado, o serviço de reboque do veículo e traslado dos passageiros, sem ônus para BANDES, quando os veículos ficarem impedidos de transitar em razão de acidente, defeito, retenção por falta de regularidade documental, problemas que impeçam seu conserto no local ou qualquer outro motivo, não importado a localidade e horário da ocorrência.
- 3.8. Caso sejam constatadas deficiências que prejudiquem o desempenho do veículo locado, a Contratada deverá substituir o veículo imediatamente, por outro de mesma especificação, equipamentos e acessórios até que sejam sanados os problemas.
- 3.9. A Contratada será a única responsável por toda a manutenção dos veículos (preventiva ou corretiva), inclusive pela substituição das peças quando necessário, devendo providenciar todos os recursos e meios necessários e arcar com as respectivas despesas.
- 3.10. As manutenções preventivas ou corretivas dos veículos, regulagens, alinhamentos, balanceamentos, revisões, substituições de pneus desgastados ou avariados, lanternagem, troca de óleos e de fluidos, substituições de peças como lâmpadas, baterias, cabos, componentes do motor, bicos, filtros, correias, borrachas, vedações, pastilhas, mantas de freio e de todos os itens indispensáveis para o regular funcionamento dos veículos, em especial as que se referem aos itens obrigatórios, bem como os consertos de avarias, nos veículos locados ou de terceiros, ocorridas de forma involuntária, decorrentes de uso ou de casos fortuitos, serão arcadas e providenciadas exclusivamente pela Contratada, sem qualquer ônus para o BANDES, devendo ser precedida a substituição, quando necessária, imediata do veículo com características idênticas às exigidas no termo de referência e no contrato e com tanque de combustível cheio, de forma a não correr descontinuidade do serviço.
- 3.11. Os veículos deverão ser mantidos em bom estado de conservação e em perfeito funcionamento, com a regulagem dos motores dentro dos padrões de fábrica, e equipados com os acessórios, sobressalentes e ferramentas convencionais, exigidos pela legislação de trânsito e especificados no termo de referência e no contrato, os quais também devem estar em perfeito funcionamento.
- 3.12. A Contratada deverá realizar as revisões periódicas nos prazos indicados pelos fabricantes dos veículos.
- 3.13. Estão incluídos na manutenção, a cargo da Contratada, os reparos dos pneus e a substituição de pneus gastos por novos, não sendo permitida a utilização de pneus recauchutados nos veículos locados.
- 3.14. A Contratada deverá substituir os pneus automaticamente, toda vez que qualquer parte da banda de rodagem atingir a espessura mínima exigida pela legislação de trânsito pertinente, devendo ser substituídos simultaneamente os dois pneus do mesmo eixo.
- 3.15. Os pneus deverão ser substituídos pela Contratada, em qualquer situação que apresentarem desgaste anormal, dano decorrente de vias esburacadas (pneu estourado), desagregação ou algo similar que possa impedir a circulação dos veículos ou proporcionar risco de acidentes.
- 3.16. Os pneus sobressalentes (estepes) deverão ser novos e estar nas mesmas condições de circulação dos demais pneus.
- 3.17. Será de responsabilidade da Contratada qualquer dano causado ao seu veículo a serviço do BANDES, bem como prejuízos causados a terceiros.**
- 3.18. As despesas com multas de trânsito ocasionadas por motoristas do BANDES, pedágios, limpeza e combustíveis ficarão por conta do BANDES.

- 3.19. Nos casos de acidentes de trânsito, o condutor do veículo deverá fazer o registro da ocorrência junto a Batalhão de Polícia de Trânsito da Polícia Militar, independente se tiveram vítimas ou não, para que o Boletim de Ocorrência seja encaminhado para a Contratada tomar as providências que se fizerem necessárias.
- 3.20. Sempre que for identificado algum problema que necessite de reparo ou manutenção no veículo, o fiscal do contrato encaminhará uma solicitação de serviço para a Contratada informando os defeitos encontrados.
- 3.21. O serviço solicitado deverá ser executado independente da apresentação de qualquer outro documento pelo BANDES.
- 3.22. Toda a documentação dos veículos deverá estar em dia (seguro, licenciamento etc.), podendo o BANDES, a qualquer momento solicitar a apresentação dos mesmos.
- 3.23. Os veículos terão que ser substituídos quando atingirem no máximo 24 meses de fabricação ou 60.000 km rodados, o que ocorrer primeiro e sem ônus para o BANDES.
- 3.24. A substituição dos veículos utilizados pelo BANDES por veículo reserva por qualquer motivo necessário ao seu perfeito funcionamento deverá ocorrer **no endereço do BANDES, no prazo máximo de 48 horas** após a solicitação formal, **ficando sob responsabilidade da Contratada a logística necessário para tal procedimento.**
- 3.25. Não deverão ser cobradas taxas de entrega ou de retirada dos veículos.
- 3.26. O local de execução do serviço será na sede do BANDES, localizada no endereço: Av. Princesa Isabel, 54, Centro, Vitória, ES, CEP: 29010-906.
- 3.27. O ano/modelo de fabricação dos veículos deverá corresponder ao constante na tabela 1 do Termo de Referência – OBJETO ou superior.
- 3.28. Os veículos deverão estar devidamente licenciados pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN.
- 3.29. Os veículos deverão ser entregues, de acordo com a demanda elencada na tabela 1, no endereço informado no item 3.1 deste Termo de Referência, devidamente limpos, com tanque cheio e com revisão mecânica/elétrica, de forma a permitir a completa segurança durante sua utilização.
- 3.30. **A CONTRATADA deverá entregar 2 veículos executivos e 1 veículo operacional com até 30 (trinta) dias, contados a partir do prazo de início de vigência do contrato. Além disso, a Contratada deverá entregar o último veículo executivo restante no dia 18/12/2019.**
- 3.31. A CONTRATADA deverá entregar os veículos no endereço elencado no item 3.1 de acordo com o quantitativo descrito, sendo o ônus logístico e demais custos provenientes da entrega do objeto a cargo da CONTRATADA.
- 3.32. Em caso de manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA deverá promover a substituição imediata do veículo por outro de mesma categoria, a fim de manter contínua a disponibilidade do objeto.
- 3.33. Os veículos que não atenderem às condições descritas neste termo de referência ou que apresentarem vícios de fabricação serão imediatamente devolvidos pelo BANDES à Contratada, para que proceda à devida substituição, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, podendo ser ampliado caso justificado, a contras da data de sua notificação formal, não cabendo ao BANDES arcar com quaisquer custos provenientes da substituição.